

Diretoria da AFAPUC

CRESCER PARA ONDE?

Há uma pergunta que muitos funcionários administrativos da PUC-SP vêm fazendo há anos:

Existe, de fato, uma perspectiva de crescimento profissional para quem trabalha nesta Universidade?

A cada ano somos orientados pelo DH a nos qualificarmos mais, a buscarmos especializações e pós-graduações como requisito para assumirmos novas responsabilidades e desafios profissionais.

Não estamos aqui questionando a relevância da formação acadêmica. Ao contrário. Apenas defendemos que ela não seja o único parâmetro para valorização e desenvolvimento profissional.

Mas, ao final, muitos de nós continuamos sem conseguir enxergar qual é o caminho possível para nosso crescimento dentro da própria Universidade.

Se realmente existe um plano de carreira, quantos de nós o conhecemos? Quais são seus critérios? Quais são suas etapas? Quais são as possibilidades concretas de progressão? A percepção de grande parte dos trabalhadores é a de que o plano de carreira permanece pouco divulgado e distante da realidade daqueles que deveriam ser seus principais beneficiários.

Temos consciência de que as questões financeiras e as políticas de pessoal estão inseridas em um contexto mais amplo, sob responsabilidade da Mantenedora. Também conhecemos as dificuldades econômicas enfrentadas pela Instituição ao longo dos anos. No entanto, é difícil ignorar a sensação de estagnação pro-

fissional vivida pela grande parte dos funcionários administrativos. Desde a maior presença da Mantenedora na gestão institucional, consolidada a partir de 2006, muitos trabalhadores têm a impressão de que suas possibilidades de crescimento se tornaram cada vez mais limitadas.

Ao mesmo tempo, observamos que funcionários vinculados diretamente à estrutura da Mantenedora possuem oportunidades de progressão mais visíveis. Não se trata de questionar ou desmerecer colegas que legitimamente conquistaram promoções, mas de defender que os trabalhadores administrativos da Universidade também tenham acesso às mesmas oportunidades e a critérios únicos e transparentes de desenvolvimento profissional.

Essa percepção torna-se ainda mais sensível quando lembramos que, durante o último processo de consulta à comunidade para escolha da Reitoria, ouvimos propostas de valorização da carreira administrativa e fortalecimento dos mecanismos de reconhecimento profissional. Entretanto, até o presente momento, muitos trabalhadores têm dificuldade em identificar avanços concretos nessa direção.

Também causa inquietação observar a ocupação de cargos de gestão e assessoramento por profissionais contratados externamente, sem que a categoria conheça claramente os critérios dessas escolhas ou perceba oportunidades equivalentes sendo oferecidas aos funcionários que já dedicaram anos — e muitas vezes décadas — à Instituição.

Essa preocupação aumenta quando os trabalhadores têm dificuldade de compreender quais critérios orientam essas escolhas e quais caminhos efetivamente existem para que profissionais da própria Universidade possam concorrer a novas responsabilidades e posições de liderança.

Transparência não é apenas uma questão administrativa. É também uma forma de reconhecimento e valorização daqueles que dedicam anos de sua trajetória profissional à Instituição. E não se questiona a competência dos profissionais contratados, mas os critérios que levaram à escolha daqueles em detrimento dos profissionais capacitados e especializados existentes na Universidade.

Questiona-se a ausência de perspectivas para aqueles que já estão aqui.

A sensação de invisibilidade não se limita às oportunidades de crescimento profissional. Muitos trabalhadores também percebem pouca participação nos espaços onde são debatidas e deliberadas questões que impactam diretamente seu cotidiano. A comunidade (funcionários, professores e estudantes) não possui representação em instância importante de decisão institucional e, não raras vezes, profissionais que acumulam conhecimento técnico sobre determinados processos deixam de ser ouvidos justamente nos temas com os quais trabalham diariamente.

Valorizar uma carreira não significa apenas criar oportunidades de progressão. Significa também reconhecer a experiência, o conhecimento

acumulado e a contribuição daqueles que ajudam a construir a Universidade todos os dias.

Quando uma pessoa deixa de acreditar que seu esforço, sua experiência e sua qualificação poderão ser reconhecidos, o trabalho passa a ser vivido apenas como rotina. Desaparece a expectativa de construção de uma trajetória profissional.

Nenhuma carreira sobrevive apenas da rotina.

A comunidade universitária acompanha, há anos, os debates sobre a valorização da carreira docente, pauta legítima e necessária. Mas a valorização institucional não pode ser pensada apenas para uma parte da comunidade.

Os funcionários administrativos também sustentam diariamente o funcionamento da Universidade. São eles que atendem estudantes, apoiam atividades acadêmicas, executam processos administrativos, acompanham sistemas, prestam suporte técnico e garantem que a Instituição funcione muito além das salas de aula.

Por isso, talvez seja o momento de retomarmos um debate fundamental: quais são as perspectivas de desenvolvimento profissional para aqueles que dedicam suas vidas à construção cotidiana da PUC-SP?

Mas talvez a pergunta mais importante seja:

A Universidade espera que continuemos investindo em nossa qualificação para crescer profissionalmente ou apenas para permanecermos exatamente onde estamos?

Em debate a respeito de Projeto de Desenvolvimento Nacional, Haddad apresenta soluções para as Universidades

No dia 17/06, aconteceu o debate Desenvolvimento, Democracia e Mudança Estrutural: Diálogos sobre um Projeto Nacional de Desenvolvimento para o Brasil que reuniu intelectuais da área de economia para debater estratégias para um Brasil mais democrático, menos desigual e um projeto de Brasil que contemple crescimento econômico e inclusão social. Os presentes foram o ex-ministro da Fazenda, Fernando Haddad; o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu (por videoconferência); o economista Luiz Gonzaga Belluzzo; o economista Samuel Pessôa; a professora da FEA-USP, Laura Carvalho; o professor do Instituto de Economia da UFRJ, Luiz Fernando de Paula; e o sócio-diretor da BPCT Consultoria Econômica, Nathan Caixeta. O evento foi mediado pela professora de economia da PUC-SP, Cristina Helena de Mello.

Com mais de três horas de duração, os presentes apresentaram seus argumentos sobre a economia brasileira. Houve momentos de debates entre opiniões divergentes com relação à economia familiar e poupança. Como a professora Cristina bem lembrou, o tema gera discordâncias, mas o que prevalece é o mesmo propósito: a busca de soluções para um país menos desigual.

Luiz Gonzaga Belluzzo argumentou que vê uma desmobilização das forças sociais e dos trabalhadores que não se manifestam devido às mudanças nas formas de comunicação. “Por causa das redes ‘antissociais’ o debate econômico é muito pobre”.

Para Fernando Haddad, o problema do país é a falta de

uma classe dirigente, visto que é um dos pressupostos para um plano de desenvolvimento. Essa classe se distingue da classe dominante, porque toma distância do particularismo dos interesses.

No evento também foi abordada a questão do modelo econômico e social da China e demonstraram preocupados sobre a alta concentração de renda, cuja mitigação deve ser feita por meio de um pacto global em torno da taxação dos super-ricos.

Proposta para as universidades

O ex-ministro Fernando Haddad lembrou que em sua graduação em Direito no Largo São Francisco frequentou muito a PUC “são escolas irmãs, se respeitam muito, fazem política estudantil juntos; na época da redemocratização, fizemos 1001 campanhas juntos”. Indagado à respeito de propostas para as Universidades Estaduais, Haddad declarou ao **PUCViva** que há um grande problema para resolver. “O fato de alunos da escola pública terem entrado nessas três grandes universidades públicas do país – USP, Unicamp e Unesp – deve ser observado com carinho. Porque foi tanta luta para abrir as portas da universidade para o filho do trabalhador, e ele sair sem estar formado é muito ruim. Precisa criar um plano estadual de assistência estudantil.” Haddad, também ex-ministro da educação, relembra que a expansão das federais só foi possível a partir de quando passou a ser acompanhada de um grande plano de permanência. E quanto às estaduais, propõe que seja constitucionalizada



O pré-candidato ao Governo de São Paulo, Fernando Haddad, em entrevista para os veículos de imprensa da PUC-SP

@Rafaela Serra

a autonomia universitária. Quanto ao financiamento, com a extinção do ICMS, Haddad propõe que seja nos termos da FAPESP, colocando na constituição o percentual da receita destinada à manutenção das três universidades paulistas. “Acho que isso vai fazer muito bem para o estado. Vai dar tranquilidade para os docentes, para os pesquisadores, para os técnicos e para os estudantes, que são a razão de ser de tudo isso”, afirma o ex-ministro. Quanto às universidades paulistas de caráter filantrópicas, como a PUC-SP, ele citou que pretende fazer muitas parcerias e citou o PROUNI, sistema assistencialista estudantil criado em seu ministério, lembrando que as PUCs foram as primeiras a aderir ao programa e criar um sistema de bolsas republicanas. “A PUC sempre foi parceira de tudo que o MEC fez no meu tempo de ministro”. Por fim, ele afirma que o Estado de São Paulo interage pouco com as universidades. “Vamos fazer um programa de integração, de formação de quadros para o Estado. Se você pensar no desafio de São Paulo em relação à educação pública, nós estamos indo para trás. Nós

vamos precisar do apoio das universidades para dar uma volta por cima”. Na sala de entrevista havia representantes do **PUCViva**, JPUC, e alunos de jornalismo da AGEMT, da TVPUC e do Contraponto. Um desses alunos comentou que está na PUC por meio do Prouni e agradeceu a Haddad, que retribuiu com um aperto de mão e um sorriso.

Contraponto

Perguntado pelo **PUCViva** a respeito das greves das estaduais, o economista Luiz Gonzaga Belluzzo visualiza outro cenário: “as Universidades Estaduais paulistas são privilegiadas porque elas recebem um percentual do ICMS. Ao contrário das federais, elas não têm problemas financeiros”. Segue explicando que existe uma certa inconformidade dos alunos com a falta de alojamento e outras demandas, mas que a universidade financeiramente vai muito bem. “Eu sou suspeito para falar porque eu que fiz a autonomia financeira das universidades. Mas, em geral, os reitores se comportaram muito bem, aceitaram a demanda. Isso é normal. Eu participei de várias greves quando estava na faculdade.”

Estudo analisa situação financeira de escolas privadas do ensino superior

O Sinpro-SP encomendou um estudo sobre seis grupos de educação com capital aberto na B3 - Anima, Cogna, Cruzeiro do Sul, Ser Educacional, Yduqs e Vitru, que juntas representam 58% do setor.

O jornal Valor Econômico de 12/06 publicou matéria analisando o estudo feito pelo consultor Oscar Malvessi, a pedido do Sinpro-SP. Segundo o estudo, nos últimos cinco anos, esses grupos “viram o volume de alunos crescer 31%, a receita líquida

subir 21% e o fluxo de caixa avançar 43%.” Esse resultado reflete principalmente um ganho decorrente da redução da folha de pagamento docente em cerca de 16% em relação a 2021. O lucro líquido dessas empresas saltou de R\$ 20 bilhões para R\$ 24,2, entre 2021 e 2025.

Outro fator que tem alavancado o lucro dessas instituições privadas é a liberação de até 30% de disciplinas a distância para cursos presenciais. Isso faz com que o ensalamento ganhe proporções

significativas, atingindo o volume médio de 106,7 alunos para cada professor.

O professor Celso Napolitano, presidente do Sinpro-SP, ressalta na reportagem que: “os docentes vêm conseguindo um reajuste pela inflação. Mas o que ocorre nesses grandes grupos é uma troca de docentes [por docentes] com salários menores. Contratam mestres e doutores em início de carreira”.

Embora não se possa falar de um lucro tão expressivo nos últimos cinco anos da PUC-

-SP, nota-se esse processo de rebaixamento salarial com relação aos docentes contratados nos últimos anos. Com a deliberação 03/2023, os salários dos recém-contratados caíram drasticamente e houve um acréscimo significativo no número de aulas que o docente precisa ministrar para atingir um contrato de tempo integral.

A matéria publicada no jornal Valor Econômico pode ser acessada pelo link <https://www.sinprosp.org.br/noticias/6125>

Professores do ensino superior aprovam contribuição assistencial

Em assembleia virtual do Sinpro-SP, realizada em 18/06, os professores do ensino superior aprovaram, por ampla maioria, o desconto em folha da contribuição assistencial de 2026.

Como é de praxe, assinada a Convenção Coletiva entre os sindicatos de professores e as mantenedoras do ensino superior, abre-se a possibilida-

de do desconto da chamada contribuição assistencial pelos sindicatos. O Sinpro-SP decidiu em sua assembleia orçamentária que tal desconto seria da ordem de 3% de um salário docente, daqueles professores que concordarem com a contribuição, equivalente a um dia de trabalho.

Os sindicatos vêm desenvolvendo uma luta constante

para conseguir reajustes que superem a inflação e garantir as conquistas historicamente alcançadas pela categoria. Nesse sentido, é de extrema importância a manutenção de um sindicato forte e combativo, o que se torna possível principalmente com uma associação financeiramente sólida.

Caso o professor não con-

corde com tal cobrança deve manifestar a sua oposição entre os dias 01 e 30/08, pois o desconto se efetivará na folha de setembro. Essa oposição poderá ser feita em carta dirigida ao Sinpro-SP, entregue pessoalmente no Sindicato, pelo correio, ou por e-mail em um endereço que será comunicado oportunamente pelo Sinpro-SP.

Expediente jogos do Brasil

O DH divulgou o expediente de funcionários e docentes em dias de jogos da primeira fase da Seleção Brasileira. Esses serão dispensados 4 horas antes do início das partidas nos dias 19/6/2026 (sexta-feira), com a liberação às 17h30; e 24/6/2026

(quarta-feira), com a liberação às 15h. Importante: Para os funcionários das áreas administrativas, será obrigatória a realização da marcação de ponto no momento da saída, observando o horário de liberação estabelecido para a data do jogo.

Centro Acadêmico de Jornalismo tem chapa eleita

Nesta semana, os alunos de jornalismo elegeram as novas representantes para o centro acadêmico de jornalismo, Benevides Paixão. A Chapa Glória Maria foi a vencedora por 112 votos contra 30 da chapa Gonzo. A nova gestão

assumirá no dia 06/07.

Pela primeira vez depois de muito tempo o Benê teve uma disputa entre mais de uma chapa. Entre as propostas estão a melhoria do espaço físico, visita a redações e feira de estágio.



Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo e Rafaela Serra

Reportagem: Rafaela Serra, Valdir Mengardo e Sthefane Mattos

Fotos: Sthefane Mattos

Revisão: João Batista Teixeira da Silva, Elaine Alves Trindade, Victoria C. Weischtordt e Ana Amélia da Silva

Arte: Valdir Mengardo, Rafaela Serra e Marina D'Aquino

Conselho Editorial: João Batista Teixeira da Silva, Elaine Alves Trindade, Victoria C. Weischtordt, Regina Gadelha, Rodrigo Mariano Costa e Rivaldo Carlos de Oliveira

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

PUCviva: Fone/WhatsApp: 3872-2685

Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br

Pucviva na internet: www.apropucsp.org.br

Prezado colega Professor/Professora

RENOVAÇÃO ANUAL DA SUA ADESÃO AO QUADRO ASSOCIATIVO DA APROPUC-SP!

AINDA NÃO É ASSOCIADO? ASSOCIE-SE JÁ!

A partir do Acordo Interno de Trabalho 2023/24 celebrado entre a APROPUC/SINPRO e FUNDASP exige que o desconto associativo do professor em folha seja efetuado apenas quando a/o docente manifestar sua concordância por escrito ANUALMENTE.

No atual Acordo Interno, a APROPUC negociou que a manifestação de concordância poderá ser feita com assinatura própria ou digital simples. Para isso, a APROPUC-SP já encaminhou por e-mail aos associados o formulário preenchido, bastando assiná-lo e devolvê-lo. Esse formulário também pode ser acessado pelo link www.apropucsp.org.br/ficha-de-associacao e enviado para apropuc@uol.com.br.

Professoras/es que ainda não são associados poderão preencher o mesmo formulário para efetuar a sua adesão ao quadro associativo da APROPUC.

Nos últimos anos, os professores obtiveram ganhos significativos devido à luta da APROPUC-SP contra as investidas da FUNDASP para anular os direitos adquiridos dos professores. A diretoria da APROPUC-SP está em constante vigilância e luta, juntamente com os professores presentes em inúmeras reuniões e assembleias, com apoio dos funcionários e estudantes. Por exemplo, no final do primeiro semestre de 2023, a alteração contratual proposta pela Deliberação do CONSAD 1/2023 que provocaria perdas substanciais ao conjunto dos

professores, podendo gerar demissões, foi revertida a partir de pronta ação da APROPUC em conjunto com o SINPRO-SP - Sindicato dos professores de São Paulo.

Atuamos junto à Reitoria para encaminhar as demandas dos professores como ocorreu 1/2026 em relação à Avaliação Docente. Conseguimos negociar critérios e prazos que atenderam, em parte, às reivindicações dos docentes da PUCSP.

Estabelecemos uma relação próxima junto ao SINPRO-SP e junto à FEPESP – Federação Estadual dos Professores do Estado de São Paulo – que em muito tem contribuído para assegurar nossos direitos.

Esses ganhos para os atuais professores demandaram altos

custos jurídicos e investimentos em comunicação.

A sobrevivência financeira da APROPUC está em jogo.

Por isso, é fundamental que os docentes participem, se manifestem e, principalmente, se associem à APROPUC-SP.

A luta continua em muitas outras frentes como inserção e progressão na carreira, professores demitidos no “limbo”, tabelas salariais diferentes para a mesma função, etarismo, entre outras.

PROFESSORA/PROFESSOR: RENOVE SUA ADESÃO À APROPUC-SP! ASSOCIE-SE JÁ!

Maiores informações poderão ser obtidas pelo tel/ WhatsApp: 11-3872 2685.

Diretoria da APROPUC

Seminário debate Renda Básica na Cidade de São Paulo

No dia 17/06, a PUC-SP promoveu o seminário De Renda Mínima à Renda Básica na Cidade de São Paulo, reunindo pesquisadores, estudantes, movimentos sociais e representantes do poder público para debater alternativas de combate à pobreza e à desigualdade. O evento contou com a presença do ex-senador Eduardo Suplicy (PT), principal defensor da renda básica no Brasil e autor da Lei nº 10.835/2004, que instituiu a Renda Básica de Cidadania, e da vereadora Luna Zarattini (PT), autora da Proposta de Substitutivo, que substituiu com melhorias o Projeto de Lei 01.00107/23 - direito da Renda Básica.

A renda básica foi apresentada como uma importante ferramenta para enfrentar a desigualdade social. No debate, foi abordada a sua con-



A vereadora Luna Zarattini e Bruna Vaz, ao lado de João Ribeiro e Mathheus Pessoa do coletivo ParaTodos

cepção de como uma política pública capaz de garantir um valor monetário incondicional e universal aos cidadãos, assegura condições mínimas de subsistência e promove maior dignidade à população. Além de seu potencial para reduzir a pobreza, os participantes destacaram sua capacidade de ampliar a autonomia individual e fortalecer a participação democrática dos cidadãos na vida econômica e social.

Eduardo Suplicy compartilhou sua trajetória de décadas em defesa da pauta. Já Luna Zarattini destacou a

Marcha à ALESP

Mesmo com o fim da greve das Universidades Estaduais, organizações políticas, entidades estudantis, sindicatos, movimentos sociais marcharam do MASP à ALESP na noite de quarta-feira, 17/06, em defesa da educação e do serviço público, contra

necessidade de aproximar o debate das periferias e dos grupos socialmente vulnerabilizados, defendendo políticas públicas que garantam acesso efetivo aos direitos sociais. Os participantes enfatizaram que, embora existam programas assistenciais relevantes, muitos cidadãos ainda encontram obstáculos burocráticos para acessar benefícios, o que reforça a importância da construção de mecanismos mais amplos, inclusivos e universais de proteção social.

os cortes nas universidades públicas, contra as privatizações de instituições públicas, como a Sabesp e a CPTM, e contra a violência policial e o feminicídio, ambos com índices de aumento de 41% comparado aos números do ano passado.